PARECER AO PLC Nº 10/2020

PARECER JURÍDICO Á COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA.

Trata-se de solicitação de parecer a emenda de nº <u>04/2.021</u>, de autoria da nobre Vereadora Alliny Fernanda Sartori Padalino Rogério, ao Projeto de Lei Complementar de nº <u>10/2020</u>, que DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, no qual emitimos o seguinte parecer:

É sabido que ao Município compete suplementar a legislação federal e estadual, no âmbito de sua competência, nos termos do art. 30, inciso II da Constituição Federal. O Município está apto a legislar sobre assuntos de interesse local.

O artigo 153, da Lei Orgânica Municipal assim dispõe:

ART. 153 - Lei Municipal estabelecerá, em conformidade com as diretrizes do plano diretor, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos, proteção ambiental e demais limitações administrativas pertinentes.

Diante de todo o exposto, emito Parecer favorável à Emenda de nº **04/2.021**, ao Projeto de Lei Complementar de nº <u>10/2.020</u>, por ser legal, regimental e constitucional.

É o nosso parecer, sem embargos de opiniões adversas. Ibitinga, 23 de abril de 2021. Atenciosamente,

RICARDO TOFI JACOB DIRETOR JURÍDICO ASSINATURA DIGITAL

